

Conhecimento transnacional durante a Guerra Fria: o caso das ciências da vida e das ciências médicas

A recente perspectiva na história da ciência tem colocado ênfase na necessidade de escrever narrativas transnacionais baseadas no tratamento recíproco dos contextos globais e locais (Subrahmanyam, 1997). Essa abordagem transnacional abandona a nação como unidade de análise, as narrativas eurocêntricas, interpretações de difusão cultural, e as rígidas oposições das categorias “centro” e “periferia” para explicar as dinâmicas de circuitos transnacionais e a circulação global e local de conhecimento, pessoas, instrumentos e práticas científicas (Brown et al., 2006). Essa rica abordagem problematiza a percepção de “ciência internacional” e trata temas pendentes como definições mais claras dos conceitos de circulação, recepção, adaptação e criatividade. No entanto, a maioria dos estudos sobre ciência transnacional tem se focado no século XVIII e os naturalistas. Pouca atenção tem sido dada aos desenvolvimentos durante a Guerra Fria, momento em que as ciências da saúde, da saúde pública e as políticas se entrelaçaram, e os financiadores, assim como as novas e renovadas organizações bilaterais e multilaterais, desempenharam um importante papel na organização e produção do trabalho científico. Ocorreu uma expansão notável da ciência médica financiada pelo Estado e por meio do apoio militar ao trabalho científico nas ciências da saúde durante a Guerra Fria em países industrializados e em desenvolvimento. Os artigos neste dossiê compartilham a mesma linha de estudo, ao considerar a Guerra Fria como um fenômeno global e plural que moldou as condições e decisões internacionais, nacionais e locais do trabalho científico em meio à rivalidade entre os EUA e a URSS. A Guerra Fria influenciou não apenas a ciência e a tecnologia relacionadas à corrida espacial e militar, mas também a pesquisa em biomedicina e em outros campos.

No início da década de 1950, no encalço dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, fomentou-se uma extensa pesquisa que possibilitou diversas experimentações em física e química. O artigo de Ana Romero é uma reflexão sobre os instrumentos que circularam e viajaram entre a Espanha e a Itália (contadores de radioatividade), e no poder político dessas duas nações num mundo convulsionado pela bipolaridade estabelecida no final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com a autora, esses instrumentos foram usados como mediadores que definiram não apenas protocolos sobre como agir dentro e fora dos laboratórios, assim como estabeleceram redes de intercâmbio (a Espanha trocou urânio por assistência técnica) e participação na produção de energia nuclear e no poder político durante o regime de Franco. Os instrumentos e as técnicas viajaram junto com acordos e contratos, norteados laboratórios, estabelecendo agendas de pesquisa e tornando o desenvolvimento nuclear mais dinâmico. Estes foram utilizados por autoridades nucleares para demonstrar poder político. Por meio do trabalho da médica María Aránzazu Vigón,

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702019000100012>



filha do general Vigón, ministro do primeiro gabinete do regime de Franco, Romero não apenas enfatiza como contextualizar os instrumentos traz à luz a circulação e as colaborações transnacionais, como demonstra a maneira pela qual os temas de gênero influenciaram a circulação dos contadores de radioatividade, uma vez que Vigón era responsável por estudar a construção e produção dos medidores de radiação na Espanha.

Após a Segunda Guerra Mundial, a biologia e a medicina também foram testemunhas de um intenso desenvolvimento que deu lugar ao campo da biomedicina. Novas práticas e técnicas foram desenvolvidas no campo da medicina em torno da herança humana, com a intenção não apenas de retratar, mas também de entender, as diferenças entre as populações e sua relação com a presença de certas doenças. Essas novas práticas também possibilitaram novas definições de conceitos clássicos como raça, variabilidade genética e populações naturais e humanas.

Erica Torrens, em seu artigo, discerne acerca da genealogia e a mudança dos conceitos de raça e racismo sobre os corpos mexicanos para demonstrar a nova cultura visual que resultou da fusão entre o conhecimento genético e o fenômeno do racismo durante a segunda metade do século XX no México. Os artistas e cientistas primeiro deram uma *nuance* visionária ao discurso sobre hierarquia racial na Europa do século XVIII, estabelecendo um poderoso aparato para manifestações de exclusão, racismo e xenofobia. Essas imagens circularam amplamente na Europa e suas colônias, influenciando debates sobre racismo e a formação de identidades nacionais. No México, durante o século XIX, o termo “mestiço” apareceu com força no discurso político como símbolo de identidade na formação do Estado-nação mexicano e como fator de homogeneização da identidade nacional. Para retratar o quadro local mexicano, Torrens primeiro discorre sobre o processo que impulsionou o racismo no país e suas mudanças devido aos diferentes conceitos de raça e à tecnologia disponível para estudar a evolução humana e sua variabilidade; e, segundo, analisa o impacto das teorias raciais e o conhecimento biomédico que imprimem uma visão dos corpos sob uma ótica racista nos materiais educacionais utilizados no México atualmente. A conclusão é problemática, pois revela uma percepção racista dos grupos humanos profundamente enraizada, impulsionada inadvertidamente por instituições científicas e governamentais mexicanas.

Os artigos de Tito Carvalho e Ana Barahona discursam sobre a caracterização das populações naturais e humanas. Carvalho aborda a pesquisa brasileira realizada pelo geneticista estadunidense nascido na URSS Theodosius Dobzhansky em meados da década de 1950 e a enquadra dentro da ciência da variabilidade genética e das políticas de diversidade. Ele demonstra como as personalidades científicas dentro da política dependiam das ideias sobre o papel dos cientistas na sociedade que avançavam paralelas à coprodução da ordem social e natural. O trabalho de Dobzhansky com as populações tropicais no Brasil foi fundamental para sua articulação da síntese moderna e fonte para seu apoio aos princípios liberais, cosmopolitas e democráticos no contexto da Segunda Guerra Mundial e dentro do tema racial. Carvalho aponta que Dobzhansky era tão comprometido com o desenvolvimento da teoria moderna da evolução como era da representação científica do mundo como meio de abordar temas sociais e políticos urgentes e de levantar questionamentos sobre o papel do cientista no compartilhamento do saber

científico racional como um projeto político global. No mesmo sentido, o artigo de Barahona discute a caracterização das populações infantil e indígena pelos médicos mexicanos Salvador Armendares e Rubén Lisker no México durante a Guerra Fria. Utilizando-se das ideias de Lock, Nguyen e Anderson, que consideravam as populações como laboratórios de produção de conhecimento e espaços cognitivos, esse artigo explora as últimas tendências em genética de populações no México, a construção de populações, as redes de colaboração internacionais que permitiram a importação e adaptação de novas técnicas desenvolvidas, e o emaranhado de histórias que possibilitaram Armendares e Lisker unir a citogenética à genética de populações, e deram à genética humana sua vida social. Esses dois últimos artigos contribuem significativamente para nosso entendimento de genética no Brasil e no México, ao demonstrar como a prática da genética de populações nos trópicos serviu como base científica para as políticas de diversidade no Brasil (em Carvalho) e como a citogenética e a genética de populações se fundiram intelectual e institucionalmente no México (em Barahona), em um momento em que a biomedicina emergia como um projeto pós-Segunda Guerra Mundial devido às preocupações mundiais sobre os efeitos da radiação nuclear nas populações humanas e naturais dentro do marco de interseção da física nuclear com a genética no pós-guerra.

A ideia deste dossiê é fruto da interação entre os autores durante o simpósio “Conhecimento transnacional durante a Guerra Fria: o caso das ciências da saúde e da medicina”, que ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em julho de 2017, dentro do Congresso Internacional de História da Ciência e da Tecnologia, organizado por Ana Barahona e Marcos Cueto, a quem quero agradecer por sugerir utilizar a revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* para circular e dar visibilidade aos nossos estudos para além das fronteiras.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Theodore M.; CUETO, Marcos; FEE, Elizabeth.
The World Health Organization and the transition from “international” to “global” public health.
American Journal of Public Health, v.96, n.1, p.62-72. 2006.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay.
Connected histories: notes towards a reconfiguration of early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v.31, n.3, p.735-762. 1997.

Ana Barahona

Professora, Departamento de Biología Evolucionaria/Universidad Nacional Autónoma de México.
Coyoacán – México, DF – México
orcid.org/0000-0001-7765-6444
ana.barahona@ciencias.unam.mx